

63 ESPOROTRICOSE, UM AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E SEUS RISCOS EM GATOS DOMÉSTICOS: 15 CASOS COM LESÃO NASAL REFRAATÓRIA

CAVALCANTI, M. C. H.¹; PEREIRA, S. A.²; GREMIÃO, I. D. F.³; MENEZES, R. C.³

¹ Médica-veterinária, Programa de Capacitação no Laboratório de Pesquisa Clínica em Dermatose em Animais Domésticos (Lapclin-Dermzoo) e médica-veterinária no Instituto Nacional de Infectologia (INI) da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: maira_veterinaria@yahoo.com.br.

² Médico-veterinário, mestre e tecnólogo em Saúde Pública pela Lapclin-Dermzoo e INI.

³ Médico-veterinário e tecnólogo em Saúde Pública pela Lapclin-Dermzoo e INI.

Esporotricose é uma doença causada por fungos do complexo *Sporothrix* spp. e se encontra em situação hiperendêmica na região metropolitana do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil, onde sua transmissão para os seres humanos é atribuída ao contato com o gato doméstico que é considerado a sua principal fonte de infecção. Somente no ano de 2013 é que a esporotricose humana passou a ser oficialmente considerada como um agravo de notificação compulsória e no ano seguinte em animais, especialmente felinos, cujas lesões encontram-se frequentemente na região nasal e podem persistir por refratariedade à terapia antifúngica de eleição, inclusive com evolução do animal para óbito. Este trabalho descreve as possíveis variáveis epidemiológicas e clinicopatológicas relacionadas aos riscos de esporotricose em gatos domésticos que apresentavam lesão nasal refratária ao itraconazol. Foi realizado um estudo observacional retrospectivo descritivo de uma série de casos com amostra de conveniência composta por 15 gatos com esporotricose nasal refratária à terapia com itraconazol oral (8,3 a 27,7mg/kg/dia) após mínimo de oito semanas de tratamento regular entre os anos de 2007 e 2009. Os animais foram atendidos no Laboratório de Pesquisa Clínica em Dermatose em Animais Domésticos (Lapclin-Dermzoo) do Instituto Nacional de Infectologia (INI), um centro público de referência em assistência gratuita na esporotricose humana e animal, no qual foi fornecido antifúngico aos pacientes. Os dados epidemiológicos e clínicos foram obtidos em prontuários do setor. Todos os animais foram submetidos à biópsia com *punch* em lesão nasal refratária, sendo incluídos no estudo apenas aqueles com isolamento micológico a partir do fragmento acondicionado em salina estéril. Um segundo fragmento, fixado em formalina tamponada e embocado em parafina, foi submetido a histotécnicas com hematoxilina e eosina, e à impregnação pela prata de Grocott. Todos os dados foram

armazenados e analisados com o emprego do programa Excel 2010[®]. No grupo de animais incluídos na investigação, houve predomínio de gatos machos não castrados (66,7%), com idade inicial mediana de dois anos e cinco meses. O acesso do animal à rua foi um relato comum, com possibilidade de inoculação do fungo por meio de arranhadura em 40,0% dos casos. O tempo de procura por atendimento após verificação de sinais clínicos pelo tutor teve mediana de sete semanas (2 a 20). Onze gatos (n=15) apresentaram estado geral inicial bom, com predomínio de lesões apenas na região nasal (n=8), seguidamente em três sítios não contíguos (n=5) e dois não contíguos (n=2). Houve verificação predominante de lesões ulceradas na região nasal (9/15), de nódulo em seis casos e de tumoração em quatro casos. A lesão macroscópica acometia apenas a pele nasal em nove casos, estendendo-se para a mucosa em seis. Espirros foram o principal sinal extracutâneo observado (n=9), além de dispneia (n=5) e secreção nasal (n=1). Na histopatologia, foi verificada a presença de lesão piogranulomatosa com estruturas leveduriformes compatíveis com *Sporothrix* spp. em 12/15 casos com brotamento em 53,3% após tratamento regular com mediana de 40 semanas (8 a 336). Ocorreu evolução para óbito associado à doença em 6/15 casos. A conclusão obtida foi que gatos machos, jovens, não castrados, semidomiciliados apresentaram características predisponentes à esporotricose, enquanto a presença de lesão nasal, de espirros e diagnóstico mais tardio demonstraram a possibilidade de persistência da lesão e agravamento do quadro clínico por falha terapêutica mesmo após terapia regular prolongada com fármaco de eleição.

66 MEDICINA VETERINÁRIA LABORATORIAL EXERCIDA EM UM ABRIGO DE CÃES E GATOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

CAVALCANTI, M. C. H.¹; VAZ, C. E. S.²; ANDRADE, R. B.³; CRUZ, J. R.³; ROCHA, R. L.⁴

¹ Médica-veterinária, Programa de Capacitação no Laboratório de Pesquisa Clínica em Dermatose em Animais Domésticos (Lapclin-Dermzoo) e médica-veterinária do Instituto Nacional de Infectologia (INI) da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: maira_veterinaria@yahoo.com.br.

² Médico-veterinário do Laboratório de Patologia Clínica, médico-veterinário da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (Suipa).

³ Auxiliar de laboratório de Patologia Clínica da Suipa.

⁴ Médica-veterinária e supervisora da Suipa.

A medicina laboratorial, um meio de análise física, química, citológica ou microbiológica de fluidos biológicos,

tanto na medicina humana quanto na Medicina Veterinária, representa um meio auxiliar para o estabelecimento do diagnóstico, bem como do acompanhamento clínico e do prognóstico. A fase pré-analítica, como coleta e encaminhamento de espécimes biológicos, é determinante para a precisão dos resultados obtidos na fase analítica e sua avaliação na fase pós-analítica. Desse modo, a conjugação entre laboratório e atendimento clínico de animais abrigados visa à otimização da comunicação, execução dos exames e avaliação do prognóstico de forma mais integrada, contemplando essas fases. Este trabalho descreve a demanda e a importância da Medicina Veterinária laboratorial exercida em casos clínicos oriundos de abrigo de cães e gatos domésticos na Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (Suipa), uma associação civil particular de utilidade pública na região metropolitana do Rio de Janeiro que apresenta um laboratório de patologia clínica próprio conjugado ao ambulatório. Para tanto, foi realizado um estudo observacional retrospectivo e descritivo dos registros do banco de dados do Laboratório da Suipa referente ao período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2013. As variáveis de interesse foram os tipos e frequências de exames laboratoriais realizados oriundos de animais abrigados e as principais indicações clínicas envolvidas para a solicitação dos exames. Todos os dados foram armazenados e suas frequências descritas em programa Excel 2010[®]. No período de um ano, foram atendidos um total de 2.456 casos com envio de amostras biológicas para exames laboratoriais oriundos de cães (n=2.330) e de gatos (n=126) cuja população total do período era estimada em cerca de 4.000 animais abrigados provenientes de abandono e de resgates em uma área construída de cerca de 5.400 metros quadrados. O exame laboratorial mais solicitado foi hemograma completo (n=2.271), com média mensal de 189 solicitações, seguidamente por bioquímica sérica (n=1.982; n= 165) principalmente para avaliação de funções renal e hepática. Ademais, também foram realizados testes imunocromatográficos para retrovírus felinas imunossupressoras (n=49) e antígeno de cinomose (n=26), citologia dermatológica (n=22), exame coproparasitológico por flutuação (n=14), análise de efusões (n=4), urinálise (n=2) e raspado cutâneo (n=1). As principais finalidades dos exames solicitados foram para diagnóstico e auxílio terapêutico, sendo indicações clínicas comuns a avaliação pré-cirúrgica, candidatura à adoção, acompanhamento clínico e suspeitas clínicas de ordem infecciosa ou neoplásica. O referido setor permanece operante com elevada demanda e com banco de dados a ser atualizado. A conclusão obtida foi que a disponibilidade de um laboratório clínico anexo

ao atendimento de animais abrigados mostrou-se eficiente na comunicação entre clínicos e patologistas quanto às fases da análise laboratorial para atender à grande demanda local e auxiliar o diagnóstico, acompanhamento e prognóstico dos animais abrigados, contribuindo para a medicina preventiva e curativa.

68 PERFIL DOS CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

ROSA, J. F.¹; SIEBEL, J. C.¹; GONZALEZ, H. L.¹; CERESER, N. D.¹; PINTO, F. R.¹

¹Médicos-veterinários. E-mail: ju_fernandes.r@hotmail.com.

Dentre outros fatores, o comércio informal de produtos de origem animal (P.O.A.) pode ser atribuído à precariedade do sistema de produção, ao baixo nível socioeconômico dos produtores envolvidos e à falta de acesso à informação acerca da legislação ou dos riscos sanitários oferecidos pelo seu consumo. Logo, dentro desse contexto, o conhecimento do perfil de consumo dos P.O.A. assume importante função para auxiliar na orientação de estratégias de educação a serem empregadas para a informação da comunidade sobre os riscos existentes nessa prática. Durante o período compreendido entre o ano de 2015 e 2016, foram coletados dados referentes ao consumo e acesso à P.O.A. por meio de um questionário elaborado e aplicado por docentes e pós-graduandos do curso de Medicina Veterinária, residentes em área profissional da saúde da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). O universo amostral contou com 62 residências localizadas em um bairro de considerável vulnerabilidade socioeconômica no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, assistidas por uma mesma Unidade Básica de Saúde (UBS) da região. De forma geral, 27% dos entrevistados relataram que costumavam adquirir P.O.A. de diversas origens diretamente com o produtor ou em feiras e, mesmo ao consumir produtos inspecionados, apenas 6% verificava as informações mais importantes constantes no rótulo, como validade, informações nutricionais e carimbo da inspeção. Ainda 50% não sabiam ou nunca ouviram falar em doenças transmitidas por alimentos (DTA). Quanto aos produtos lácteos, 92% da população afirmou que os consumia e a forma industrializada do leite e queijo foram os preferidos, com respectivamente 98% e 75% de preferência, por razões principalmente de praticidade, o que foi descrito por 58% e 45% dos entrevistados. Quanto à transmissão de doenças veiculadas por esses produtos, cerca de 52% da população não sabia ou desconhecia a sua existência, mas apenas 39% fervia o leite informal antes do